

# O IDEÁRIO EDUCACIONAL REPUBLICANO E A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL: UMA LEITURA

**Vivia de Melo Silva**  
viviafag@yahoo.com.br  
Mestranda do PPGE/CE/UFPB

**Palavras-chave:** Ideário Nacional, Grupos escolares e Educação Brasileira.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo assinalar a relação entre a idéia de educação escolarizada como chave para a construção da nacionalidade brasileira, bem como, para a solução dos problemas do país, arraigada na transição do Império para o período republicano, com a implantação de uma nova organização do ensino no Brasil, as escolas graduadas ou grupos escolares.

O estudo compreende, pois, uma revisão das idéias educacionais de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, articulando-as com o resultado de investigações científicas sobre a implantação dos grupos escolares no Brasil.

É importante especificar que no Brasil, a implantação dos grupos escolares ocorre concomitantemente à disseminação do ideário de educação escolarizada como redentora da humanidade. Desse modo, eis a pertinência e relevância deste texto em identificar a relação entre esse ideário e a implantação dos grupos escolares.

Ainda é valido destacar que a organização deste texto é decorrente à produção investigativa desenvolvida no interior da disciplina Educação Brasileira, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/CE/UFPB).

Além disso, este estudo integra parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, junto ao PPGE/CE/UFPB, voltada ao estudo de um grupo escolar da Paraíba, qual seja o antigo Solon de Lucena da cidade de Campina Grande.

## O(s) ideário(s) educacional (is) de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa

Desde o final dos oitocentos e, principalmente, durante a primeira metade do século XX o debate sobre a construção da nacionalidade brasileira, mediante instrução pública, ganha visibilidade nos discursos de intelectuais do período, como exemplo, nas idéias de Manoel

Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa. É no discurso de intelectuais como esses que a educação escolarizada voltada a toda população do Brasil, consagra-se como elemento principal para possibilitar a configuração da identidade nacional, bem como, o desenvolvimento do país, em termos, principalmente, sócio-econômico.

Manoel Bomfim em sua obra *A América Latina: males de origem*, publicada em 1903, ao discutir o problema da nacionalidade de países sul-americanos assinala a instrução popular como meio essencial e indispensável ao progresso de um país. Segundo Bomfim,

É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos de combatentes e ardorosos - é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes [...] (BOMFIM, 1993, p.283).

Sendo assim, fica bastante claro que para Bomfim é, sobretudo, por meio da educação e da conscientização da população que um país pode desenvolver-se. Usando suas palavras, pode sair da posição de “parasitado”.

Esse autor ainda reforça a idéia de educação como meio para o progresso de uma nação, usando a metáfora de instrução popular como remédio para salvar um país da doença denominada atraso. Todavia, Bomfim esclarece que a instrução popular não é o único objetivo do progresso de uma nação, mas o “meio principal” para atingi-lo. (BOMFIM, 1993).

Seguindo a mesma idéia de educação escolar como mola propulsora para o desenvolvimento de uma nação em estado de atraso Benjamin Constant Lança em 1890 a Reforma do ensino, contemplando o ensino primário e o secundário. Essa reforma, embora voltada ao Distrito Federal, de acordo com Saviani (2007. p.165) “poderia constituir-se em referência para a organização do ensino nos estados”.

Benjamin Constant tinha como princípios básicos, voltados à educação escolarizada, a liberdade e laicidade do ensino. Este positivista defendia também o ensino obrigatório, destacando a necessidade da escola preparar novas opiniões e costumes para propiciar um suposto desenvolvimento nacional. Isto pode ser verificado na seguinte citação:

A obrigatoriedade do ensino é uma das muitas panacéias inventadas para sanar males que não comportam remédio *legal* e que só podem ser debelados pela modificação gradual e lenta das opiniões e dos costumes (NOGUEIRA; LIMA, 1936, p. 131).

Em uma mesma linha de raciocínio, Rui Barbosa aponta a educação para o povo brasileiro como condição necessária para a superação dos males que afligiam a nação, do ponto de vista econômico, político e social. Ou seja, a educação seria o elemento indispensável para a transformação da nação; transformação esta que venceria a ignorância da população,

possibilitando a evolução e modernização do país (NASCIMENTO, 1997). Essa concepção é ilustrada no seguinte discurso de Rui,

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, é só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer releva instauremos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria... A educação geral do povo é exatamente, na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtivas. (RUI BARBOSA apud VALLE, 1997, p.51).

Desse modo, a educação consagra-se como requisito mister para o desenvolvimento da nação brasileira.

Tratando dos pareceres de Rui Barbosa, Machado (2004) salienta que nestes pareceres o republicano defendia a educação escolarizada, voltada a toda população, como espaço de formação da inteligência popular, a qual, segundo Rui, era fundamental para reconstituição do caráter nacional. Especificando a idéia de educação proposta por Rui o mencionado autor cita que:

A educação, para Rui Barbosa, poderia contribuir para promover a transformação do país em diversas instâncias. Ele propõe a educação técnica e científica com vistas na preparação do escravo liberto e do trabalhador nacional para o trabalho agrícola e, principalmente, industrial. Preocupa-se também com a preparação do homem para exercer a cidadania, participar como cidadão esclarecido da vida política do país; país este democrático. O sufrágio universal estava diretamente ligado à necessidade de instrução. (MACHADO, 2004, p.76)

Frente a esta citação fica evidente a idéia de Rui. É papel da educação escolarizada formar homens para promoverem mudanças no Brasil; mudanças de ordem social, histórica e econômica. Ou seja, para Rui “a escola foi colocada [...] como condição de progresso” (MACHADO, 2004, p.77).

A partir do exposto, concernente às idéias de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, foi possível perceber uma concordância no que tange ao papel da educação escolarizada. Esta concordância, claramente apontada anteriormente, refere-se ao ideário de educação escolar, a ser disseminada a todo povo brasileiro, como forma de assegurar uma transformação no país, que, grosso modo, propiciaria o desenvolvimento do mesmo.

### **Instauração dos grupos escolares no Brasil e suas especificidades**

No interior deste contexto, no qual permeia a idéia de construção/ transformação da nação brasileira como projeto eminentemente educacional, sobressai o objetivo de difundir o ensino a toda população. Segundo Souza e Faria Filho (2006, p.29),

[...] Por todas as regiões do país verificam-se semelhanças nas representações e nas práticas discursivas em torno da importância política e social da instrução pública vinculada às expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do regime republicano [...]

Este objetivo de difusão da educação escolarizada à população em massa, de acordo com Saviani (2006), deveria ser de responsabilidade do poder Central, que teria a tarefa de organizar e manter integralmente escolas em todo território brasileiro, principalmente o ensino primário.

Contudo, nesse momento, a responsabilidade do ensino primário ficou a cargo único dos estados federativos, aos quais cabia legislar e promover esse nível de ensino. Isso é verificado no art.35, inciso 4<sup>a</sup>, da primeira Constituição da República brasileira, 1934. Desse modo, “[foram] os estados que [ficaram para] enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias” (SAVIANI, 2006, p.22-23).

Então, sob a responsabilidade de cada estado brasileiro, a escola primária vai sendo disseminada primeiramente nas regiões que melhor podiam oferecê-la, como foi o caso estado de São Paulo.

Com ritmos e especificidades próprias, entre as regiões, essa disseminação, situada entre o fim do Império e a primeira metade da República, inaugura o novo modelo de ensino primário no Brasil: as escolas graduadas ou grupos escolares.

Este novo modelo de organização do ensino introduzida no Brasil, conforme Souza (2004), recebeu influência da organização escolar instalada em países considerados civilizados, como Estados Unidos e vários países europeus, citando alguns Alemanha, França e Portugal.

A primeira implantação deste modelo de organização de ensino primário no Brasil é no estado de São Paulo, que segundo Souza (2006) data o ano de 1893. O resultado desta implantação decorre da organização do Sistema Público de ensino no citado estado, pelos republicanos.

Os grupos escolares, portanto, passaram a caracterizar um novo modelo organizacional de escola que corroborava com as idéias de disseminação do ensino a toda a população. Idéias estas difundidas, como já adiantamos, por intelectuais da época para possibilitar o desenvolvimento nacional. Este novo modelo,

Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos (SOUZA, 2006, p. 35).

Assim como no estado de São Paulo outros estados brasileiros incorporaram este novo modelo de organizar o ensino primário.

No estado do Maranhão a instauração dos grupos escolas inicia a partir de 1903, em São Luís. No mesmo ano (1903) esse modelo é também implantado no Paraná, especificamente em Curitiba, a partir da qual se estende aos demais municípios paranaenses (SAVIANI,2007).

Em 1902, conforme Faria Filho (Apud Saviani, 2006) o inspetor do ensino de Minas Gerais ao fazer uma viagem a São Paulo fica deslumbrado com a organização das escolas primárias do então estado. A partir de então leva a proposta ao estado de Minas Gerais, que em 1906 adere, de fato, ao modelo de grupos escolares, construindo e implantando em Belo Horizonte o primeiro grupo escolar do Estado, tendo da mesma forma como em São Paulo, o objetivo de modernizar a educação e, conseqüentemente, promover a melhoria do estado de Minas Gerais.

No Rio Grande do Norte e no estado do Espírito Santo o primeiro grupo escolar é instalado em 1908 (SAVIANI, 2007). Estes também foram amplamente influenciados pelo sucesso da implantação do modelo em São Paulo.

Em Santa Catarina a instalação do primeiro grupo escolar data o ano de 1911. Ano este que também é inaugurado em Sergipe o primeiro grupo escolar (NASCIMENTO apud SAVIANI, 2007).

No estado do Mato Grosso a implantação desse modelo de ensino primário foi realizada no ano de 1910. De acordo com Reis (2006), a instauração desse modelo daria base ao objetivo da previdência em industrializar o estado a partir de uma modernização no sistema escolar. Reis afirma que a previdência do Mato Grosso observou que,

[...] para proceder a essa reforma e conseguir atingir sua meta, deveria modernizar o sistema escolar. Ao perceber a precariedade da rede pública de ensino, Pedro Celestiano [presidente do estado] realizou uma reforma no ensino primário quatro dias após sua posse no governo, começando pela implantação dos grupos escolares mediante um regulamento promulgado nas primeiras décadas do século XX(REIS, 2006, p.205).

Na Paraíba, a inauguração do primeiro grupo escolar data o ano de 1916, na atual capital João Pessoa. Todavia, o ideário de criar este modelo de ensino remonta anos anteriores,

[...] a idéia de criar grupos escolares como instituição autônoma remonta a 1908, quando o presidente do estado, em mensagem enviada à Assembléia legislativa, ressaltou a necessidade de realizar uma reforma na instrução pública, apontando a importância de criação dos grupos escolares para a 'moderna educação'(PINHEIRO, 2002, p.127).

Nesse estado, assim como nos mencionados anteriormente, a expansão dos grupos escolares acompanhou um considerável ritmo, que segundo Pinheiro (2002) é considerado um "crescimento permanente" que vai principalmente de 1916 a 1929.

Então, como pudemos observar nessa breve síntese sobre a implantação dos grupos escolares em alguns estados do Brasil, o modelo foi ganhando espaço e se configurando como principal escola de ensino primário no período já mencionado. Esta implantação, conforme Vidal (2006) percorreu todo território nacional, embora com ritmos diferenciados.

Os grupos escolares foram criados com o objetivo de reunir em um só prédio várias salas de aulas, ou seja, reunir as chamadas cadeiras isoladas ou escolas isoladas. Todavia, o objetivo deste novo modelo não se limitava somente a esse propósito. Propiciaram a organização do ensino em sistema seriado, divisão do trabalho escolar (diretor, professor, porteiro, faxineira entre outros), possível homogeneidade com o agrupamento dos alunos em classes conforme o nível de conhecimento, adoção do ensino seriado, racionalização curricular, controle e distribuição ordenada do tempo e conteúdos (SOUZA, 2004).

Portanto, os grupos escolares compreenderam uma modernização educacional no Brasil, já que propiciaram a superação da organização precária das cadeiras isoladas. Todavia, esta modernização ultrapassou o âmbito educacional, haja vista que “[...] os grupos escolares [...] marcaram a nova feição urbana em pleno processo de mudança [nos centros urbanos] e serviram, por conseguinte, para embelezar a cidade e dar-lhe novo ar de modernidade [...]” (PINHEIRO, 2002, p.147).

Além disso, esta nova institucionalização da escola primária tinha em foco o compromisso com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira. Por isso, que, segundo Souza e Faria Filho (2006), as propostas para o ensino, nesta nova organização escolar, lançadas por políticos, intelectuais, reformadores e profissionais da educação pública contemplavam a necessidade de civilização da nação, moralização dos costumes, disciplinarização da classe trabalhadora e inculcação de valores cívico-patrióticos.

### **Considerações finais**

O ideário republicano compreendia a modernização da nação brasileira que contemplasse a economia, o meio político e social do Brasil.

Dessa forma, podemos observar neste breve estudo que alguns intelectuais republicanos, se assim podemos chamar Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, apresentaram a idéia de construção/ transformação da nação brasileira como projeto eminentemente educacional. Para eles, a força motriz da modernização do Brasil, do caráter nacional e do seu desenvolvimento era, de fato, a instrução pública, isto é, a educação escolarizada para todo povo brasileiro.

Portanto, o ideário republicano constituía em promover no país o progresso, a ordem, a regeneração da sociedade, a civilização das massas, o fortalecimento da nação e o engrandecimento da economia, principalmente, através do combate ao analfabetismo do povo brasileiro. Desse modo, a difusão e a ampliação da oferta da instrução pública propiciariam esse novo Brasil, tanto almejado pelos republicanos.

Nesse sentido, os grupos escolares, como nova forma organizacional do ensino primário, corroboraram com este ideário, já que além de serem implantados na efervescência dos ideais republicanos, apresentavam como um dos objetivos principais difundir o ensino primário à população em geral, através de uma moderna organização escolar.

Sendo assim, podemos afirmar que os grupos escolares ratificaram, pelo menos nas propostas, o ideário republicano. Destarte, em nossa leitura, verificamos que a relação entre este ideário e a implantação desta nova organização do ensino primário fora bastante íntima.